

ENSAIO DA DÚVIDA: O QUE VEM DEPOIS DA FASE B DO QUARTO CICLO ECONÔMICO DE KONDRATIEFF?¹

Tulio BARBOSA

Departamento de Geografia – Universidade Federal do Tocantins.

E-mail: tuliounesp@bol.com.br.

RESUMO: O presente ensaio tem como objetivo central enumerar elementos críticos que colaborem para o entendimento da contemporaneidade econômica, bem como provocar o leitor quanto a dúvida que envolve o futuro dos ciclos longos de Kondratieff. Os períodos de recessão ou de ascensão do capitalismo vinculam-se diretamente a organização do setor privado e do Estado, portanto, os ciclos econômicos longos são resultados dos pactos de poder, do avanço tecnológico, dos fatores geoeconômicos, da organização interna dos países e das suas relações estrangeiras. Nos últimos anos muito especulam-se quanto ao quarto ciclo de Kondratieff, principalmente quanto a sua Fase B, uma vez que não é possível identificar claramente o término desta Fase B e o início de uma Fase A (Quinto Ciclo de Kondratieff); assim, a resposta para esta dúvida possibilita entender o avanço do capitalismo e projetar cenários econômicos e sociais, por meio do planejamento público e do planejamento das empresas capitalistas.

PALAVRAS-CHAVE: capitalismo, ciclos econômicos, Kondratieff, geografia econômica, fase de transição.

ESSAI DU DOUTE : CE QUE VIENT APRES LA PHASE B DU QUATRIEME CYCLE DE KONDRATIEFF ?

RESUME : Le présent essai a comme objectif central énumérer des éléments critiques qui collaborent pour l'accord de l'actualité économique, ainsi que provoquer le lecteur combien le doute qui implique l'avenir des cycles longs de Kondratieff. Les périodes de récession ou d'ascension du capitalisme s'attachent directement l'organisation du secteur privé et de l'État, donc, les cycles économiques longs sont en résultant des pactes de de pouvoir, de l'avance technologique, des facteurs économiques et géographiques, de l'organisation interne des pays et de leurs relations étrangères. Dans les dernières années beaucoup s'est spéculé combien au quatrième cycle de Kondratieff, principalement combien sa Phase B, vu qu'il n'est pas possible d'identifier clairement à la fin de cette Phase B et le début d'une Phase (Cinquième Cycle de Kondratieff) ; ainsi, la réponse pour ce doute rend possible comprendre l'avance du capitalisme et

¹ Trabalho apresentado como requisito para avaliação da disciplina “Capitalismo, desenvolvimento regional e infra-estruturas no Brasil”. Disciplina ministrada pelo prof. Dr. Márcio Rogério Silveira.

projeter des scénarios économiques et sociaux, au moyen de l'organisation publique et de la planification des sociétés capitalistes.

MOTS CLES : capitalisme, cycles de l'économie, Kondratieff, géographie économique et phase de transition.

Nunca duvidar da possibilidade do perigo em tempos de paz, nem duvidar da possibilidade de fracasso em tempos de prosperidade, nem duvidar da possibilidade de Caos em tempos de Ordem.

I Ching, imperador Fu-Hsi.

Uma das lições mais claras das últimas décadas é que o capitalismo é indestrutível.

Slavoj Zizek

1 – Crescimento e Crise nos Ciclos Econômicos: uma pequena introdução a Kondratieff

A temática envolvendo os ciclos de Kondratieff ainda é pouco trabalhada nas ciências geográficas, pois a Geografia ficou engessada na questão de método à partir da Geografia Crítica ou Radical e tudo que lembrasse formulações matemáticas, padrões e geometrizações era/é considerado inoportuno para compreender a realidade. Portanto, os ciclos de Kondratieff (que contribuem para a compreensão ampla da realidade do meio técnico-científico-informacional) foram, de forma imprudente, classificados como positivistas; assim, negados e negligenciados. Todavia, os ciclos de Kondratieff contribuem para o entendimento da organização do espaço, como afirmou Mamigonian (1999), e também, conforme Rangel (2005), para o planejamento nacional em seus múltiplos aspectos sociais, econômicos, científicos e políticos-institucionais.

Para entendermos os ciclos de Kondratieff é necessário compreendermos os processos de um ciclo econômico. Existem várias teorias de ciclos econômicos, segundo Estey (1965) as estruturas básicas de toda teoria cíclica econômica relacionam-se com as flutuações econômicas, com as mudanças recorrentes ou irregulares, mudanças estruturais, flutuações estacionais e cíclicas. A combinação dos fatores mencionados anteriormente resultam em cenários econômicos, políticos e tecnológicos específicos; assim, os fenômenos espaciais e suas projeções poderão ser

compreendidos por meio do estudo dos ciclos econômicos, os quais norteiam os fluxos e refluxos das atividades econômicas, sociais e políticas.

Segundo Estey (1965) um dos primeiros pontos para constatar se realmente existe um ciclo econômico são as verificações das séries cronológicas e suas análises enquanto materiais estatísticos somados aos períodos (curtos, médios ou longos); assim, Kondratieff trabalhou com muitas séries em períodos, principalmente, longos. Kondratieff partiu das análises das semelhanças na verificação dos preços ingleses de atacado, rendimento dos juros dos governos da França e da Inglaterra, depois comparou os dados de rendimento deste países com os salários dos trabalhadores nos mesmos períodos, bem como verificou a produção de ferro, carvão e chumbo na Inglaterra e seu respectivo consumo na França. Logo, Kondratieff constatou que os ciclos econômicos surgiram com a Primeira Revolução Industrial à partir das novas invenções, tais como a máquina a vapor, a máquina de fiar e a máquina-ferramenta (MAMIGONIAN, 1987).

Kondratieff, segundo Estey (1965), verificou a produção e consumo de ferro e de lingotes de aço como ponto fundamental dentro dos processos industriais, uma vez que o aumento do uso destes metais revelou o aumento da atividade industrial, conseqüentemente os países compradores destes metais (*in natura* ou industrializados) se endividaram e os países exportadores tiveram grande crescimento e desenvolvimento econômico. Segundo Niveau (s.d) o aumento da utilização de metais ligou-se diretamente a procura de ferramentas, inicialmente, para a agricultura e posteriormente para a indústria.

Conforme Estey (1965) a comparação dos rendimentos nacionais (Inglaterra e França) com os rendimentos da classe operária realizados por Kondratieff fez com que o mesmo entendesse que o salário dos trabalhadores era desproporcional aos rendimentos nacionais, mas serviam como reguladores nos ganhos dos industriais e perpetuaram seus poderes, tal como afirmou Marx (1965, p. 105): “O moinho movido a braços, dá-nos a sociedade dos senhores feudais; o moinho de vapor, a sociedade dos capitalistas industriais”.

O sistema capitalista, segundo Mészáros (2002), nasce e permanece totalizador, uma vez que suas articulações fogem do controle do trabalhador e até mesmo os patrões (a classe dominante) não tem pleno domínio dos caminhos da evolução do próprio sistema, uma vez que o mesmo é um *mix* de conservadorismo e revolução. Neste sentido, Rangel

conseguiu explicar muito bem o capitalismo ao definir sua ação constante como movimento dialético de superação de uma elite dominante por outra que já estava vinculada aos interesses da elite que perdeu a hegemonia, ou seja, o capitalismo é formado por pactos de poder que conseguem exercer um papel conservador e revolucionário ao mesmo tempo na política e na economia. Infelizmente, as idéias de Rangel foram pouco trabalhadas em termos de Brasil e menos ainda de mundo. Daí, a importância em compreender os movimentos cíclicos do capitalismo, pois um mínimo de previsibilidade será alcançado.

Assim, entender os ciclos econômicos significa ir além do momento atual através de possíveis projeções de situações e tendências econômicas num futuro próximo ou não tão próximo, portanto, o sistema capitalista é imprevisível em muitos aspectos, todavia o estudo dos ciclos econômicos relacionados as novas invenções, as inovações tecnológicas, as classes dominantes, ao poder institucionalizador e a situação sócio-econômica da população em geral permite que se tenha uma visibilidade maior do futuro econômico, óbvio que projetar o entendimento da totalidade no processo econômico do sistema capitalista é impossível. Os ciclos, portanto, servem como material “didático”.

Mamigonian (1999), referente aos ciclos econômicos, explica que os mesmos têm fases ascendentes e descendentes, bem como podem ser longos ou médios, respectivamente, ciclos de Kondratieff (em média 50 anos) e ciclos de Juglar (em média 10 anos).

Os ciclos econômicos têm fases de crescimento e de crise, por quê? Para compreender os processos econômicos do sistema capitalista urge responder a questão anterior. Para Mamigonian (1999) as crises decenais ligam-se a superprodução ou subconsumo, enquanto que as crises longas ocorrem por causa da queda da taxa de lucro de longo prazo. Segundo Marx (1978 e 1982) a variação da taxa de lucro depende do capital constante, do capital variável, da composição orgânica do capital e da taxa de mais-valia, ou seja, a taxa de lucro depende da relação da mais-valia sobre a soma do capital constante e do capital variável.

Assim, o capital constante (K) e o capital variável (S) relacionados (K/S) resultam na composição orgânica do capital (a proporção entre K e S). Se o capital variável (S) investido obtiver lucro a partir de si (nas suas variáveis) ou por meio de salários, então, resultará na taxa de mais-valia (L) e a taxa de lucro será a relação entre $L/(K+S)$ (como foi mencionado anteriormente). Portanto, para se entender a taxa de lucro e seu respectivo

crescimento ou crise é necessário compreender que a mais-valia é resultado de uma relação direta e constante com S, ao mesmo tempo em que o K é proporcional ao S resultando na composição orgânica (representada pelo capital fixo e circulante – K – e pelo salário - S).

Os investimentos de K e S tem a tendência de se expandirem positivamente a longo prazo, mas isso não significa que a taxa de lucro sempre será a mesma, uma vez que a taxa de mais-valia tende a permanecer com os mesmos índices ou ter subtraída seu ritmo de crescimento e, portanto, cresceu (cresce) menos que a composição orgânica do capital, daí as crises a longo prazo são inevitáveis e o ciclo econômico tende a declinar, ou seja, adentra na fase B do ciclo de Kondratieff.

Para Mamigonian (1999) as crises longas (queda da taxa de lucro) relacionam-se ao esgotamento de um padrão tecnológico e de seus respectivos produtos, por isso é importante avançar tecnicamente e tecnologicamente e investir nos setores estrangulados da economia, por meio, segundo Rangel (2005), de outros setores que possuem capacidade econômica ociosa. Logo, os investimentos, invenções e inovações proporcionarão um cenário mais otimista para a economia, podendo levar a economia da fase B de Kondratieff para a fase A.

A aceleração da economia – fase A - e a depressão da mesma – fase B – foi ciclicamente entendida por Mamigonian (1999) através das idéias de Kondratieff adaptadas por Rangel:

CICLOS DE KONDRATIEFF	FASE A	FASE B
PRIMEIRO	1790-1815	1815-1848
SEGUNDO	1848-1873	1873-1896
TERCEIRO	1896-1920	1920-1948
QUARTO	1948-1973	1973-1996 (?)
QUINTO ²	199?-20xx	?

Tabela 01: os Ciclos de Kondratieff. (adaptação de Tulio Barbosa)

Segundo Silveira (2003) o primeiro ciclo econômico longo para Kondratieff surgiu na primeira revolução industrial – final do século XVIII -, com o desenvolvimento da metalurgia do ferro e a máquina de fiar e tear. A fase A – como consta na tabela 01 – teve o início da depressão a partir de 1815 com a subtração do número de importações

² Por enquanto são apenas especulações.

realizadas pelos países capitalistas centrais, bem como a depressão do segundo ciclo, segundo Mamigonian (2000, p. 27):

Nas fases depressivas dos ciclos longos emanados do centro (1815-1848 e 1873-1896), as compras de matérias-primas e alimentos da periferia decresciam bem como os preços, ocorrendo contração da DIT mais do que proporcional à economia, grande ociosidade de capital-dinheiro, terras e força de trabalho voltados à produção exportadora, provocando tendências desiguais a estagnação ou ao crescimento para dentro, pela via de substituição de importações.

Assim, segundo Mamigonian (1999) são nos períodos depressivos que existem profundas mudanças conjunturais, portanto, as mudanças sócio-econômicas-espaciais são responsáveis pela reestruturação geral dos países em processo cíclico depressivo. Portanto, nestes períodos de crises são fundamentais inovações tecnológicas e nova reorganização econômica e política, tal como fez Keynes durante a década de 1930.

Para Schumpeter (1982) o desenvolvimento econômico de um país capitalista liga-se diretamente as inovações, ou seja, os produtores capitalistas iniciam as mudanças por meio de renovações das necessidades dos consumidores; assim, os consumidores são “educados” pelos produtores. Também, Schumpeter (1982), afirma que os consumidores tem certo poder para acelerar a produção e as inovações, todavia são os produtores capitalistas que detêm maiores poderes para a realização de mudanças.

Schumpeter (1982) afirmou que o desenvolvimento vem atrelado às mudanças, todavia não se trata de mudanças radicais, pois “ [...] produzir significa combinar materiais e forças que estão ao nosso alcance [...] Produzir outras coisas, ou as mesmas coisas com método diferente, significa combinar diferentemente esses materiais e forças”. (p. 48).

Deste modo, Schumpeter (1982) entendeu o desenvolvimento a partir de cinco pontos:

- 1 – Introdução de um novo bem
- 2 – Novo método de produção
- 3 – Novos mercados
- 4- Nova fonte de matérias-primas ou bens semi-manufaturados
- 5- Nova organização econômica-produtiva

Para Schumpeter (1982) os cinco pontos combinados produzem um *boom* na economia, isto é, um *boom* é um aumento que dura até o ponto máximo de desenvolvimento. Todavia, esta elevação econômica não dura para sempre, conseqüentemente surge uma recessão que é a queda do ponto máximo até um ponto médio. Ao continuar o processo de queda econômica o ciclo entra num processo depressivo, isto é, a depressão é a queda da média até o ponto mínimo (vale). Daí, as combinações dos cinco pontos acima leva a economia a se recuperar, ou seja, a recuperação é o aumento do produto até a média. O desenvolvimento neste ponto leva a um novo *boom*. Portanto, os ciclos schumpeterianos são congruentes aos ciclos de Kondratieff, segundo Egler (1994) ambos pensadores dos ciclos econômicos contribuíram para o rompimento da visão neo-clássica de que o capitalismo é estável e linear a longo prazo.

No terceiro ciclo de Kondratieff (1896-1948), conforme Silveira (2003), houve a gradativa substituição dos interesses agrícolas pelo capital urbano. A fase depressiva desse ciclo ocorreu de 1921 a 1948, segundo Mamigonian (1999), as conseqüências deste período foram inúmeras mudanças na política econômica mundial, tais como o abandono do livre-cambismo pela Inglaterra e na periferia do sistema capitalista houve substituições de importações. O destaque deste período recessivo foi a crise dos Estados Unidos em 1929 (*Crash* da Bolsa).

A queda da bolsa de Nova Iorque indicava uma forte crise e a economia estava concentrada no vale do terceiro ciclo de Kondratieff; assim, muitos economistas acreditavam que esta crise seria definitiva e destruiria o capitalismo definitivamente, segundo Mészáros (2002), o capitalismo consegue se reorganizar a partir de suas falhas e projetar novas possibilidades de avanço e fortalecimento, ao mesmo tempo em que precisa reorganizar os símbolos e a cultura para que as massas aceitem as mudanças e não causem desordem no *status quo*.

Segundo Harvey (2005), adepto da escola de regulação, as crises ocorrem por excedentes da produção, do capital e do trabalho, isto é, houve uma queda acentuada da taxa de lucro e do crescimento econômico, revelando; assim, uma certa irracionalidade do sistema capitalista (naquele momento – antes de 1945) que tem seus rendimentos à partir da relação produção-venda, ou seja, o excesso da produção faz com que os preços caiam, uma vez que o consumidor passa a ter “poderes” decisivos na rentabilidade das empresas. Entendemos que o capitalismo se fortalece e se desenvolve enquanto os capitalistas detêm grande parte do poder de

produzir, vender e criar símbolos vinculados ao consumo, portanto, a Fase A de qualquer um dos ciclos de Kondratieff revela o poder total dos capitalistas e a capacidade dos mesmos em manipularem a sociedade por meio da economia.

Ainda conforme Harvey (1993 e 2005) as crises são processadas por um desequilíbrio entre os fatores produto e consumo, logo a superacumulação capitalista leva o roteiro do ciclo econômico em direção ao vale, portanto, faz-se necessário novas estratégias políticas e econômicas, tais como o expansionismo geográfico econômico como forma de diluir a produção concentrada e desvalorizada.

No caso da depressão de 1929 (E.U.A.) as mudanças se iniciaram a partir de iniciativas administrativas públicas com objetivos centrados no equilíbrio e estabilização da economia capitalista, para isso Keynes propôs o equilíbrio entre o trabalho, o capital e o Estado. Neste cenário decadente da década de 1930 houve o fortalecimento do fordismo que se aliou as idéias de Keynes, tal fortalecimento e entrelaçar de idéias e projetos econômicos entre o fordismo e o keynesianismo se destacou no pós-guerra (1945), uma vez que as grandes empresas dos E.U.A. tiveram como estratégia a expansão e a criação de uma mercado mundial homogêneo, portanto, a rota no quarto ciclo de Kondratieff (1948-1996 ?) iniciou sua recuperação e posterior *boom*, mas em 1973 o quarto Kondratieff entrou na sua Fase B.

A recuperação na Fase A (1948-1973) do quarto ciclo somente ocorreu por causa das mudanças estruturais na relação Estado e produtores capitalistas, uma vez que “[...] o Estado se esforçava por controlar ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias no período pós-guerra”. (HARVEY, 1993, p. 129).

Enfim, o Estado planejava suas ações e procurava uma maior interação prática com as necessidades do capital, logo os investimentos públicos eram realizados em setores decadentes da economia, pois objetivava uma escalada positiva destes setores da economia que estavam estrangulados. Tal como verificou e propôs Rangel (2005) com os investimentos dos capitais com capacidades ociosas nos setores decadentes da economia brasileira.

Todavia, o Estado (em geral) perde capacidade de intervenção na economia, por causa das modificações estruturais efetuadas durante a década de 1960, isto é, o Estado (principalmente os países centrais) afrouxa suas políticas econômicas e permite uma flexibilidade maior do

capitalismo. O resultado destes fatores após o fim da rigidez são as inúmeras mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais que ocorreram no mundo, tais como o fim do acordo de Bretton Woods, o aumento das fusões empresariais, aumento do desemprego e o aumento de empregos temporários (HARVEY, 1993).

Diante disso, urge entendermos as mudanças que flexibilizaram a economia, portanto, partiremos do quarto ciclo de Kondratieff, no qual houve o redimensionamento dos papéis dos atores sociais, econômicos e políticos; bem como não temos certeza se estamos ainda em tal ciclo.

2 – Ciclo longo de Kondratieff: para o caos? Para a ordem?

O quarto ciclo ainda é uma polêmica, principalmente a sua Fase B, pois não se tem certeza de seu término; assim, alguns autores (como Mamigonian) consideram 1996 como término do quarto ciclo, outros (como Harvey) dão pistas quanto ao fechamento do ciclo ocorrido em 1998 ou ainda Coutinho que entendeu a Terceira Revolução Industrial como início da Fase A do quinto ciclo. Todavia, os últimos acontecimentos econômicos em 2007 revelam o anúncio de uma crise nos E.U.A., crise relacionada ao setor imobiliário e que afeta toda a sua economia e também a economia mundial, portanto, será que o quarto ciclo está no seu fim apenas no ano de 2007? Nos primeiros dias de 2008 o preço do barril de petróleo chegou a marca histórica de US\$ 100,00, tudo indica que o preço do petróleo continuará elevado e continuarão elevando o mesmo, logo poderá existir uma crise energética mundial, conseqüentemente crises multifacetadas oriundas dos fatores combustíveis. Por outro lado, a China tem média de crescimento nos últimos anos superior a 10% e a Europa nos últimos meses de 2007 teve ganhos consideráveis no mercado mundial, mesmo diante deste cenário na Europa existem alguns pontos estranguladores da “paz” econômica, uma vez que diversas partes do setor financeiro europeu tiveram conseqüências negativas com a crise imobiliária nos E.U.A., tal como o Banco Francês BNP Paribas que proibiu temporariamente saques de alguns de seus fundos de investimentos. Somente com o socorro dos Bancos Centrais da Europa, E.U.A. e Japão para os bancos destas respectivas regiões geográficas é que não houve uma crise generalizada, todavia houve indícios de uma grave crise. Será tal crise que foi apenas acalmada? (ADVFN, 2008 e FOLHA DE S. PAULO, 2007).

Diante disso, faz necessário a compreensão das modificações estruturais políticas e econômicas no início da Fase B do quarto ciclo (1973). Segundo Harvey em sua obra “Condição pós-moderna” as modificações estruturais da economia mundial após 1973 merece atenção especial, visto que as mudanças paradigmáticas influenciaram toda a organização mundial, principalmente nos fatores políticos-econômicos, para uma nova ordem econômica e política flexibilizante e flexibilizada no lugar do paradigma fordista-keynesiano.

Para Chesnais (1996) este cenário de mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais deve ser identificado como um processo de mundialização do capital; assim, este processo mais recente de liberalização econômica (ou segundo Harvey: acumulação flexível) permitiu a desregulamentação de toda política estatal keynesiana, portanto, os avanços da política neoliberal tiveram impulsos dados por Reagan e Thatcher durante a década de 1980, logo a política neoliberal influenciou muitos países em poucos anos, por causa dos seus investimentos externos diretos fazendo com que as empresas multinacionais ordenassem as redes e os territórios por meio dos fluxos tecnológicos e pela indução do comércio mundial.

Chesnais (1996) e Harvey (1993) compreenderam que os novos processos de domínio, expansão e articulação do capital tiveram sua iniciação por meio de estratégias que substituíram o poder do Estado (enquanto organizador) pelas organizações corporativas. Logo, os investimentos externos diretos (IED) foram utilizados como “manipuladores”, isto é, os IED, conforme a OCDE acordada com o FMI (apud Chesnais), são investimentos com ampla duração e tem como objetivo influenciar as regiões nas quais existem tais investimentos. Os objetivos dos IED relacionam-se com a capacidade produtiva da região, bem como sua capacidade de matérias-primas, seu desenvolvimento tecnológico, o custo mais baixo da produção e o domínio político-econômico que tais empresas terão na região que estabelecerem seus investimentos. A crise é feita pela incapacidade de equilibrar investimentos externos diretos com a produtividade e o mercado consumidor.

Portanto, a partir de 1973 as nações capitalistas entraram em disputas comerciais representadas por suas empresas privadas (ao mesmo tempo em que a URSS se enfraquecia politicamente e economicamente), num primeiro momento os Estados autorizam as mudanças nos procedimentos econômicos visto que o acordo de Bretton Woods entrou

em colapso e o poder regulador direto dos Estados Unidos na economia mundial foi abalado; assim, as empresas tiveram maior capacidade para concentrar seus objetivos e criar acordos corporativos, por meio dos IED, de investimentos de carteiras, dos fluxos tecnológicos e a regulamentação de um mercado global estruturado no livre comércio e na livre negociação financeira. (CHESNAIS, 1996; COUTINHO, 1992).

Os resultados das mudanças paradigmáticas a partir da década de 1970 revelaram uma nova estrutura política e econômica que culminou na década de 1980 com uma desaceleração das economias dos Estados Unidos e da União Soviética, o que favoreceu a formação de blocos econômicos e o fortalecimento das economias asiáticas (Tigres Asiáticos, Japão e China).

A formação de blocos econômicos pós-muro de Berlim foi resultado da expansão territorial das firmas multinacionais e da tendência dos países de se precaverem quanto aos possíveis resultados negativos desta internacionalização da economia mundial. Desta forma, a expansão do capital produtivo e financeiro revelam o perigo e o temor de vários países de terceiro mundo quanto a dominação política das grandes empresas dos países desenvolvidos, daí a justificativa para que os mesmos buscassem fortalecimentos entre os mesmos por meio da formação de blocos econômicos. Lênin (1979) já havia constatado que o capitalismo se expande do centro para a periferia econômica quando o mesmo já está maduro para tecer relações exploratórias que num primeiro momento parecerem ajustes importantes para os países periféricos, ou seja, Lênin anteviu a expansão forçada do capital dinheiro e do capital produtivo, posteriormente a prevalência do capital financeiro.

Para Benko (2002) na última década o número de investimentos diretos estrangeiros (ou investimentos externos diretos) aumentou consideravelmente, segundo Silva (2004) tais investimentos foram mínimos na periferia do sistema, pois houve maior concentração de IED nos Estados Unidos, Canadá e Europa Ocidental. Também Silva (2004) aponta que grande parte dos investimentos de capitais e investimentos na produção são concentrados nos países de origem. Benko (2002) enumera os investimentos diretos estrangeiros como resultado das aberturas econômicas e produtivas de países que - ao buscarmos anacronicamente Lênin (1979) - se submeteram a uma política econômica mundial pela batuta das multinacionais.

O cenário econômico na década de 1990 foi tomado pelas aberturas econômicas, pelas mudanças do papel do Estado e pela soberania do capital especulativo, ao mesmo tempo em que as inovações técnicas e tecnológicas avançaram consideravelmente (os avanços na nanotecnologia e nos estudos genéticos). (COUTINHO, 1992, MOREIRA, 1998, GONÇALVES, 2006). O capital, portanto, subordinou os interesses dos Estados aos seus interesses, para Harvey (1993), a flexibilização do capital influenciou as estruturas produtivas, o comércio e as relações sociais; assim, as conseqüências, conforme Moreira (1998), desta política neoliberal foi o desemprego generalizado nos países, visto que a expansão do toyotismo (enquanto padrão administrativo-contábil) somado ao desenvolvimento tecnológico permitiu a substituição de mão-de-obra por equipamentos tecnologicamente desenvolvidos e também a transferência de inúmeras unidades fabris para países com maior latência de lucro para as empresas.

Ao analisarmos a tabela abaixo identificamos números interessantes, visto que dos cinco países apresentados apenas dois possuem saldo positivo na balança comercial, enquanto o saldo total da balança destes cinco países é negativo. Apenas a Alemanha teve saldo positivo considerável em 2006, pois possui mesmo antes da União Européia grande número de parceiros comerciais, portanto, a Alemanha construiu um grande pátio industrial, possui uma grande capacidade para pesquisa e desenvolvimento de produtos e tecnologias, bem como foi um dos países que teve gradual abertura econômica para a União Européia. A (EXAME, 2006 e LOPES, 2003). Os outros quatro países apresentaram situação negativa quanto a Alemanha, visto que os mesmos não tiveram os mesmos sucessos em investimentos produtivos, o nível de consumo interno foi maior com os produtos importados e os investimentos públicos foram abaixo do necessário para elevar a economia destes países, este quadro já havia sido detectado em 2003 por meio do estudo de Alexandra F. Lopes (Os ciclos econômicos nos países pertencentes à UE). Portanto, este quadro revela-nos uma Fase B mais lenta na Europa? Ou o início de uma Fase A com países mais estruturados que os outros? A explicação deste cenário pode estar nos ciclos de Juglar?

Segundo Tolmasquim (1991) o ciclo de Juglar (breve) modula o ciclo longo (Kondratieff), já que segundo Rangel (2005) os desajustes estruturais de um país são rearranjados a partir da passagem de um setor economicamente estrangulado para um setor ocioso. Explicar a atual

situação econômica da Europa depende da observação dos ciclos decenais e das suas mudanças que implicam na transformação dos ciclos longos de Kondratieff. São os ciclos de Juglar que apontam as tendências das próximas décadas, pois somente depois de 50 ou 60 anos é que poderemos avaliar as ocorrências nos ciclos.

Países	Cresc. do PIB - % em relação ao ano anterior	Balança Comercial – milhões de US\$		Saldo da Balança Comercial – milhões de US\$
		Exportação	Importação	
Alemanha	0,8	1016	801	+ 215
Espanha	3,4	194	271,8	- 77,8
França	1,15	443,4	473,3	- 29,9
Inglaterra	1,8	372,7	483,7	- 111
Itália	0	371,9	369,2	+ 2,7

Tabela 02. Fonte: Revista Exame – Abril de 2006. (modificado por Túlio Barbosa).

Segundo Mamigonian (1999, p. 153): “As fases depressivas são fases de expansão geográfica [...]”. Portanto, ao compararmos os dados da tabela 02 verificamos que há uma retroação dos países quanto a sua expansão econômica, já que o número de exportação é, em geral, inferior ao de importação. Por outro lado se tais países europeus possuem desajustes na balança comercial há países que possuem um saldo muito positivo na balança comercial por estarem comercializando com tais países europeus. Também é importante frisar que, segundo dados da ADVFN (2008), nos últimos quatro anos a moeda Euro teve sua valorização em média 30% maior que a moeda Dólar – no dia 15 de janeiro de 2008 1 Euro equivalia a 1,4843 Dólar -, isso significa que houve melhoramentos (fundamentais) na economia da União Européia, portanto, o saldo da balança comercial é apenas parte de dados macroeconômicos que explicam a realidade destes Estados, mas não a totalidade que é explicada por meio do entendimento dos ciclos longos.

Segundo o jornal Folha de S. Paulo (29/12/2007) no ano de 2007 a Alemanha mostrou um desempenho econômico positivo, com queda fantástica do desemprego (que em 2005 era de 5 milhões de desempregados e 2007 são 3,38 milhões de pessoas desempregadas), segundo o jornal tal queda foi ocasionado por mudanças estruturais internas que pressionaram os desempregados crônicos, ou seja, ou o jornalista responsável pela matéria não entende nada de economia ou é pessimamente intencionado, pois o desemprego na Alemanha depende do

consumo interno (privado e público), de investimentos privados e públicos e também dos níveis de exportações/importações.

Segundo Lopes (2003) as diferenças no crescimento econômico entre os países da UE (União Européia) relacionam-se com o nível do produto, do emprego e da produção industrial – que em concordância com Silva (2004) agregam grande poder para a economia à partir do consumo interno da produção também interna.

Diante disso, as análises para os ciclos econômicos não podem ser realizadas simplesmente a partir de dados temporais curtos, tal como Kondratieff as análises precisam ter períodos médios e curtos para alcançar qualquer tipo de conclusão; assim, os indicadores econômicas de períodos curtos apontam tendências dos ciclos curtos e variáveis (possíveis) dos ciclos longos.

A produção de um país depende do nível de desenvolvimento tecnológico, portanto, o consumo, a produção e o comércio são interdependentes à capacidade de pesquisa e desenvolvimento científico, segundo Freeman (1984, p. 6):

Na teoria de Schumpeter, a capacidade e a iniciativa dos empresários, apoiados nas descobertas de cientistas e inventores, criam oportunidades totalmente novas para investimentos, crescimento e emprego. Os lucros que se originam dessas inovações constituem, pois, um impulso decisivo para novas ondas de crescimento, agindo como sinal para um exame de imitadores.

Portanto, Freeman (1984) concorda com Schumpeter e com Gerhard Mensch quanto a relação da taxa de lucro com os investimentos tecnológicos-científicos das indústrias, daí a importância da inovação e aperfeiçoamento tecnológico para que as ondas econômicas não mergulhem em vales, ao mesmo tempo em que tal mergulho proporcionará futuros avanços na pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, pois a crise precisa ser solucionada. E a constante solução de crises leva o capitalismo a ser indestrutível (ZIZEK, 2008).

Nos dias 15 a 18 de janeiro de 2008 as Bolsas de Valores de todo o mundo tiveram ligeira queda ou aumento insignificante, mais uma vez a moeda Euro teve maior valorização mundial do que a moeda Dólar e a economia dos Estados Unidos foi abalada pela crise imobiliária-financeira e pela desvalorização do Dólar, conseqüentemente houve e haverá queda do consumo interno o que acarretará uma diminuição na produção e no

comércio dos Estados Unidos, isso, provavelmente, poderá aumentar a crise. Como medidas paliativas o presidente dos E.U.A. G. Bush anunciou no dia 18 de janeiro de 2008 cortes em impostos e investimentos em áreas estagnadas pela recessão econômica, principalmente no setor imobiliário. Portanto, as crises no sistema capitalista, mesmo no neoliberalismo, não “andam” livres, pois há intervenções do Estado; assim, as crises sempre são superadas, uma vez que inúmeros pensadores se articulam para que as crises não avancem; daí Zizek (2008) tem razão quanto a indestrutibilidade do capitalismo.

As análises da conjuntura dos últimos meses e a interferência do governo dos E.U.A. na economia faz-nos concordar com Delbeke (1984) e Rangel (2005), ou seja, existe vinculação entre as mudanças econômicas e institucionais nos ciclos longos, portanto, as crises ocorrem pela incoerência e inadaptabilidade do poder institucional e do poder econômico. Quando nos E.U.A. o governo Bush anunciou adaptações econômicas, ele colabora para o fortalecimento do capitalismo; assim, os vínculos econômicos-institucionais estão se fortalecendo. Será que tal fortalecimento contribuirá para um novo ciclo de crescimento da economia dos E.U.A., para um novo ciclo de Juglar?

Ao mesmo tempo em que a economia dos E.U.A. está num processo de recessão desde 2007, as economias dos países da União Européia estão em ascensão desde 2007, bem como a China (que em 2007 cresceu mais de 10%) e até mesmo países periféricos como o Chile e o Brasil. A explicação deste quadro econômico mundial (ciclo ?) encontra-se em Rangel (1982) quando o mesmo concorda com Lênin quanto ao desenvolvimento desigual do capitalismo, isto é os países com melhores condições econômicas possuem capacidade técnicas e tecnológica superior aos demais, somado a sua enorme capacidade comercial, financeira e administrativa-planejadora.

Para que exista maior compreensão dos vínculos que movimentam os ciclos econômicos em Delbeke (1984) temos um questionamento importante, ou seja, o papel das inovações tecnológicas e as mudanças institucionais estão relacionadas ao crescimento econômico e político dos países quando os mesmos estão em acordo? No momento a crise anunciada nos Estados Unidos não relaciona-se com a capacidade das inovações tecnológicas, mas aos indiscriminados financiamentos realizados pelo setor imobiliário, ou seja, os credores tinham como objetivo máximo obter recursos, logo os mesmos financiavam para inúmeras pessoas com

critérios nada rígidos; assim, as financeiras, pelo grande número de inadimplentes, foram obrigadas a aumentar as taxas de juros e as conseqüências foram a subtração do número de compradores do setor imobiliário, que entre 2006 e 2007 anunciou e materializou tal crise. Portanto, as crises também estão relacionadas a capacidade produtiva, a capacidade comercial, tecnológica e a capacidade institucional de regulamentação da economia (as teorias de Keynes ainda são fundamentais).

Para Coutinho (1992) as crises são superadas pela inovação econômica, por meio do avanço tecnológico, de políticas financeiras e cambiais em equilíbrio com o comércio e os setores produtivos. Deste modo, a suposta crise dos Estados Unidos já está sendo freiada por medidas internas e também por políticas internacionais, ou seja, inúmeros países e blocos econômicos discutem e põe em prática relativo protecionismo para evitar uma queda generalizada da economia mundial, tais instrumentos de “defesa”, segundo Chesnais (1996 e 1999), são as proteções e patentes às inovações tecnológicas, uma vez que por meio de tais mecanismo consegue (provisoriamente) ter monopólio de algum setor da economia.

Segundo Chesnais (1999) as crises no sistema capitalista, principalmente após a crise de 1997 (crise da Ásia) tem como tripé no sistema bancário e no plano de bolsas de valores a produção, o comércio e os preços. Portanto, a atual conjuntura revela tais pontos no ciclo longo, tal ciclo pode estar no fim de uma Fase B pronto para ser direcionado para uma Fase A. Ainda não há possibilidade de afirmarmos seguramente o caminho do ciclo longo de Kondratieff (Fase B do Quarto Ciclo), pois as crises hoje são mais complexas e muito mais sensíveis às informações; assim, ligeiras quedas nas principais bolsas de valores já assustam investidores e os mesmos subtraem seus investimentos das respectivas bolsas. Eis o caos.

O caos na contemporaneidade seria muito mais terrível do que 1929, pois o caos é resultado da crise (e agora a crise é atrelada a velocidade da informação) e por algum tempo o sistema capitalista fica perdido, sem rumo, realmente sem enxergar. Somente após certo período de turbulência é que os sistema, por meio de pensadores e inventores (no sentido schumpeteriano) consegue se organizar e dinamizar a produção, o comércio, o consumo, a política e as pesquisas e desenvolvimentos científicos. Eis a ordem.

Do caos até a ordem o capitalismo ondula ciclicamente de uma fase depressiva para uma fase, realmente, agressiva, isto é, há urgência de aumento das taxas de lucros, logo o Estado e o setor privado encontram mecanismos para que exista, de fato, aumento considerável da taxa de lucro e acumulação. Segundo Rangel (1985) nas crises o setor privado procura o Estado como organizador de ferramentas articuladas a recuperação econômica, ao setor produtivo e financeiro. Ainda conforme Rangel (1985), após a crise o setor privado endurece suas exigências para com o Estado, uma vez que é importante para o fim da crise “[...] mudanças que interessam ao aparelho de intermediação financeira”. (p.57).

Segundo Chesnais (1999) o capital financeiro se articula com o Estado quando o mesmo corre riscos diretos na capacidade de obter lucros e acumulação, todavia nos últimos anos os países periféricos sofreram enormes perdas quanto a sua capacidade produtiva e, principalmente conforme Rangel (1982), desde a década de 1980 perderam a capacidade de organização e planejamento nacional.

Mesmo nos períodos de ascensão do capitalismo e crescimento/desenvolvimento da economia, há incontáveis aspectos negativos, principalmente por causa da acumulação e diferenciação de áreas de investimentos, ou seja, mesmo nos períodos de avanços da economia o sistema capitalista produz áreas paupérrimas, isto é, enquanto algumas partes do globo terrestre recebem muitos investimentos outras são extremamente exploradas ou não recebem qualquer investimento diretos ou aplicações financeiras. Óbvio, que nos períodos de recessão do capitalismo há, conforme Mamigonian (1999), uma expansão significativa dos investimentos em novas áreas geográficas, todavia isso não significa que tais investimentos são suficientes para alavancar as áreas que tiveram investimentos, visto que tanto os investimentos produtivos como as aplicações financeiras são especulações, aliás típicas.

No momento atual (2008) existem várias interrogações quanto ao cenário macroeconômico, pois há surtos de keynesianismo na União Européia e políticas protecionistas nos Estados Unidos, bem como as bolsas de valores do mundo tiveram baixas (algumas consideráveis outras insignificantes) por causa da economia dos Estados Unidos que está num período recessivo. Na Ásia há considerável crescimento da China e recuperação econômica dos Tigres Asiáticos, um novo folego para o Japão e o aumento substancial do preço do petróleo beneficiando todo o Oriente Médio. Todavia, nos últimos anos, segundo Chesnais (1996 e1999) e

Harvey (1993), o aumento do desemprego, da pobreza e de países mergulhados em dívidas evidenciam o lado negativo do processo de flexibilização e desregulamentação da economia mundial. O nível de pobreza e de concentração de riquezas no mundo aumentou consideravelmente, nem mesmo Engels (s.d) conseguiria projetar o cenário atual: pobreza extrema, degradação ambiental e o consumismo em níveis extremamente elevados.

As pistas evidenciadas pelo cenário mundial atual tendem a apontar um período de **transição de uma Fase B para uma Fase A** (1996 (97) - 2008 -?). Para que isso se confirme são necessárias verificações das inovações tecnológicas e dos quadros de investimentos externos diretos e aplicações financeiras.

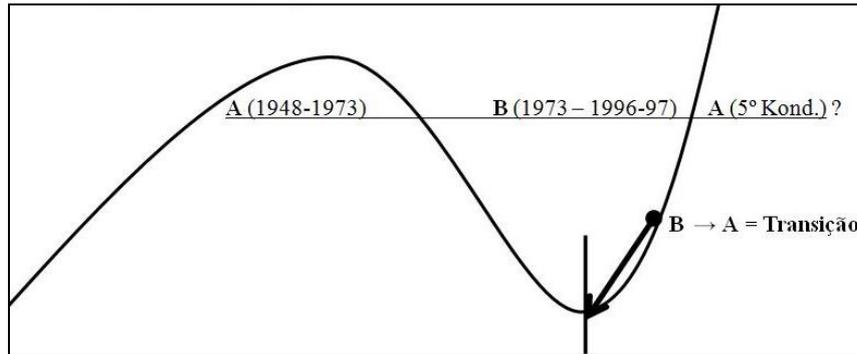


Figura 01: Fase de transição cíclica. Organizado por Tulio Barbosa.

3 – Considerações Finais

As fases de transição (A-B e B-A) são instáveis, a economia capitalista encontra-se num processo de regulação e de tentativa de equilíbrio pelos meios possíveis em cada período da História.

O capitalismo, mesmo nas crises, sempre esteve em desenvolvimento e evolução, uma vez que são nas crises que o capitalismo busca maior equilíbrio. Ao buscar a estabilidade o capitalismo consegue absorver grande parte das negatividades e transformá-las em positivities, ou seja, os períodos de recessão são (em poucos anos ou poucas décadas) transformados em períodos de ascensão máxima do capitalismo.

A atual fase de transição (B →A, talvez 1996 (97) – 2008) aponta uma continuidade dos sintomas das crises ocorridas na década de 1990,

pois em 2008 a relação entre financiamentos imobiliários, péssimos credores e devedores com prazos e juros elevados desmobilizou a recuperação das bolsas de valores do mundo (que vinha ocorrendo desde 2006). Se por um lado as crises do México, da Argentina, da Ásia, dos Estados Unidos trouxeram recessões para a economia mundial, por outro lado (no mesmo período) o avanço tecnológico foi extraordinário e a aceleração tecnológica permitiu a recuperação de vários países afetados pelas crises. Eis a fase de transição: período crítico, porém tecnologicamente avançado (CHESNAIS, 1996 e 1999; HARVEY, 1993 e 2005).

O cenário que temos e teremos da flexibilização e desregulamentação da economia para os próximos anos vincula-se ao desenvolvimento acelerado da tecnologia e uma disputa teórica (**com vistas práticas ao papel do Estado**) entre economistas keynesianos, marxistas e neoliberais. Todavia, ao interpretarmos a conjuntura atual entendemos que cada vez mais o papel da tecnologia será decisivo para fortalecer os laços da globalização e das políticas neoliberais (BRAVERMAN, 1987; CHESNAIS, 1996; DE MASI, 2001). Logo, questões relacionadas a localização geográfica (principalmente para produção e comércio) serão secundárias diante do avanço da tecnologia.

Para De Masi (2001) a robótica e as novas organizações empresariais serão capazes de construir um novo espaço, com novas relações sociais e trabalhistas. Assim, talvez, as futuras crises econômicas serão muito mais catastróficas, visto que as relações sociais, econômicas e políticas estão (estarão) presas por fios cada vez mais delicados e interdependentes, como também afirmou Chesnais (1999).

Segundo Estey (1965) o prolongamento de uma fase ascendente de um ciclo econômico relaciona-se, obrigatoriamente, aos investimentos em circulação e tecnologia. Para Estey (1965) todos os fatores econômicos e sociais melhoram apenas com os investimentos realizados na tecnologia, todavia o autor não visualizava as contradições próprias do capitalismo e, portanto, os problemas relacionados a tecnologia, ou seja, segundo Mészáros (2002) os países desenvolvidos fizeram com que os países subdesenvolvidos fossem quase que totalmente dependentes dos mesmos, bem como o número de desempregados, miseráveis e países “falidos” (dependentes de socorros externos) aumentaram nas últimas três décadas.

Portanto, mesmo que a economia mundial entre numa Fase A o que realmente sempre existirá na reprodução do capital são as diferenciações

típicas de tal reprodução, portanto, a pobreza e a concentração de riquezas é operação padrão dentro dos ciclos econômicos no sistema capitalista.

Urge, portanto, estratégias de crescimentos vinculadas às exigências sociais e uma redefinição dos Estados (principalmente os periféricos) para que os mesmos cumpram seus papéis de propagadores da organização do espaço-nação, com propósitos limitados pela justiça social e econômica; assim, as políticas nacionais dos Estados poderão se proteger de fases recessivas da economia mundial, conseqüentemente, as questões quanto as fases dos ciclos econômicos longos de Kondratieff terão respostas mais independentes e asseguradas por decisões vinculadas ao benefício geral da população de um país, de um bloco econômico, enfim, de um continente – desde que não prejudique aos demais países.

Afinal, o que vem depois da fase B do quarto ciclo econômico de Kondratieff?

O cenário econômico indica o fim do quarto ciclo, isto é, a fase B está no período terminal. A atual fase de transição é caracterizada pelos problemas relacionados a elevação contínua do preço do petróleo e o aumento em progressão geométrica dos preços dos alimentos, ao mesmo tempo em que há significativa perda das soberanias nacionais por meio da opção em ter seus países vinculados aos mercados financeiros e as políticas neoliberais de financiamentos do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e de outras instituições financeiras. Portanto, internamente os países se enfraquecem (principalmente os subdesenvolvidos ou emergentes) quanto ao controle das oscilações típicas do capitalismo; assim, os mercados financeiros e os países desenvolvidos detêm poderes de convencimentos para a organização sócio-espacial e econômica destes países (um contrato territorial). Neste sentido, os países desenvolvidos também não gozam totalmente de autonomias econômicas e políticas, mas são privilegiados por suas empresas, por suas reservas econômicas, pelo desenvolvimento tecnológico, pela pressão social amena e pelo poder militar-industrial em contínuo desenvolvimento.

O capitalismo, nesta fase de transição, aparentemente direciona-se para uma crise, uma vez que todo mercado mundial foi atropelado por quedas constantes nos primeiros meses do primeiro semestre de 2008, todavia, as crises atuais são apenas momentos de transição para o quinto ciclo de Kondratieff, pois os avanços tecnológicos e a implementação das inovações nas relações dos sujeitos com as tecnologias proporciona ao capitalismo lucros extraordinários, visto que o momento é de inovações e

de aperfeiçoamentos pela batuta do desenvolvimento da informática, das telecomunicações, da própria internet; assim, cada vez mais a população gasta com tecnologias e as pessoas são seduzidas pelo *modus vivendi* da tecnologias atreladas às vontades dos capitalistas em obterem lucros, como afirmou Marx (1965) ao apontar que as coisas tem valor à partir de uma opinião montada, estruturada e direcionadora dos indivíduos. Quanto aos problemas envolvendo o fim e o preço abusivo do petróleo, inúmeras multinacionais já estão organizadas para pesquisar e comercializar produtos que substituirão o petróleo, tais como os biocombustíveis; assim, serão necessários investimentos mundiais a médio e longo prazo, tanto em tecnologia como em capacitação profissional. Quanto ao elevado índice dos preços mundiais dos alimentos, consideramos este ponto fundamental para o desenvolvimento econômico, social e tecnológico de um país, pois com a subtração da quantidade de água limpa e potável, as mudanças climáticas, a poluição atmosférica e os desmatamentos teremos um cenário desanimador ambientalmente, portanto, os países celeiros conseguirão acumular capitais e negociarão com mais peso no cenário mundial.

Diante disso, as inovações técnicas e tecnológicas para “salvar o planeta” por meio dos biocombustíveis (pois causam menos impactos ambientais) promoverão uma reestruturação produtiva, logística e trabalhista, conseqüentemente, as indústrias precisarão de novas matérias-primas, de nova capacitação profissional e de um novo perfil de consumidor, que já foi gerado desde as muitas inovações tecnológicas no período de 1980-2000. Trata-se de um consumidor que busca praticidade, que busca facilidade e que atrela-se a comodidade da informação (mídia) e da informática.

O término da Fase B do quarto ciclo foi anunciada. Surge, timidamente, a fase A do quinto ciclo. Esta nova fase não é diferente das demais quanto a opressão dos mais ricos para com os pobres, a luta de classes, a subserviência dos países periféricos ao centro do sistema, a concentração de renda, a força militar dos países líderes e os sujeitos alienados e estranhos quanto ao seu próprio mundo.

O quinto ciclo econômico de Kondratieff terá como característica máxima um dos maiores avanços tecnológicos da história e também o aprisionamento dos indivíduos pela própria tecnologia, pelo mercado e a subtração gradativa das soberanias dos Estados por meio de um contrato territorial global.

Assim, o contrato territorial é resultado do processo civilizatório capitalista, isto é, o espaço e os indivíduos são subordinados a lógica de organização, regulação e regulamentação capitalista. A maioria dos países não almejam uma libertação das imposições capitalistas, muito contrário a isso, pois a maioria dos países desejam integrar e assumir a liderança de tal contrato, ou seja, os países líderes continuam economicamente e politicamente subordinados a racionalidade capitalista, porém tais países proporcionam variações da mesma racionalidade capitalista. Neste sentido, a diferenciação espacial é resultado do contrato territorial e das tipologias racionais capitalistas em cada ciclo econômico longo.

Na fase A do quinto ciclo existem tentativas de fortalecimento das redes tecnológicas, dos mercados financeiros e das grandes empresas capitalistas, logo neste primeiro momento o Estado perde um pouco de sua autonomia econômica e até mesmo política. Talvez, a crise de transição da fase A para fase B no quinto ciclo estará na tentativa de retorno das soberanias das burguesias nacionais em Estados que busquem relativa autonomia, logo este retorno ao Estado-nação só será possível com outra reestruturação capitalista ou mesmo pós-capitalista. Tal reestruturação econômica poderá levar ao confronto bélico potências mundiais, motivadas por suas burguesias nacionais que perderam áreas de influências no mundo, que não desejam perder a capacidade para ditar as regras de um contrato territorial.

Neste momento, a fase A do quinto ciclo já está presente.

Referências Bibliográficas

- BENKO, G. Mundialização da economia, metropolização do mundo. **Revista do Departamento de Geografia**. São Paulo: USP. V. 15, 2002. p. 45-54.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século
- CHESNAIS, F. **Tobin or not Tobin?** Porque tributar o capital financeiro internacional em apoio aos cidadãos. São Paulo: UNESP – ATTAC, 1999.
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- COUTINHO, L. A terceira revolução industrial e tecnológica. **Revista do Instituto de Economia da Unicamp**. Campinas: Instituto de Economia – Unicamp. n. 1, Agosto de 1992. p. 69-88.

- DE MASI, D. **A sociedade pós industrial**. São Paulo: Ed. SENAC, 2001.
- DELBEKE, J. Teorias recentes sobre os ciclos longos: uma resenha crítica. **Ensaios FEE**. Porto Alegre, v. 5, n. 1, 1984, p. 21-35.
- EGLER, C. A. G. As escalas da economia uma introdução à dimensão territorial da crise. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE. V. 53, n. 3, jul./set. 1991. p. 229-245.
- EGLER, C. A. G. Que fazer com a Geografia Econômica neste final de século? **Encontro Internacional Lugar, Formação Sócio-Espacial, Mundo**. AMPEG/USP, 1994.
- ENGELS, F. Prefácio. A situação da classe operária na Inglaterra. In: MARX, K; ENGELS, F. **Textos 1**. Edições Sociais, s.d.
- ESTEY, J. A. **Ciclos econômicos**. São Paulo: Mestre Jou, 1965.
- FREEMAN, C. Inovação e ciclos longos de desenvolvimento econômico. **Ensaios FEE**. Porto Alegre, v. 5, n. 1, 1984, p. 5-20.
- GONÇALVES, C. W. **Globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultura. Loyola, 1993.
- LENIN, V. I. **Imperialismo**: fase superior do capitalismo. São Paulo: Global, 1979.
- LOPES, A. F. **Os ciclos econômicos nos países pertencentes à União Européia: breve comparação do comportamento cíclico dos Estados membros**. Lisboa: Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconômica. (WP n. 2003/35), 2003.
- MAMIGONIAN, A. Introdução ao pensamento de Ignácio Rangel. **Revista Geosul**, n. 3, p. 63-71, 1987.
- MAMIGONIAN, A. Kondratieff, ciclos médios e organização do espaço. **Revista Geosul**, v. 14 n. 28, p. 152-157, 1999.
- MAMIGONIAN, A. Teorias sobre a industrialização brasileira. **Cadernos Geográficos**, n. 2, p.1-49, 2000.
- MARX, K. **O capital livro I**. Capítulo VI– São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1978.
- MARX, K. **Miséria da filosofia**: Resposta à “Filosofia da Miséria” de Pierre-Joseph Proudhon. Rio de Janeiro: Leitura S.A, 1965.
- MARX, K. **Para a Crítica da Economia Política**./ Salário, preço e lucro./ O rendimento e suas fontes. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo/ Campinas: Boitempo/ Unicamp, 2002.
- MOREIRA, R. Inovações tecnológicas e novas formas de gestão do trabalho. Trabalho e Tecnologia – **Caderno do Aluno**. São Paulo: CNM/CUT, 1998. p. 116-130.
- NIVEAU, M. **História dos fatos econômicos contemporâneos**. São Paulo: Difel, s.d.
- RANGEL, I. **Ciclo, tecnologia e crescimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- RANGEL, I. Economia: milagre e antimilagre. In: RANGEL, I. **Obras reunidas**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005a. P. 681-741.
- RANGEL, I. Intermediação financeira e crise. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v. 6, n. 1, 1985, p. 57-64.
- SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SILVA, M. A. Globalização ou formações sociais ou nacionais? **Ciência Geográfica**. Bauru: AGB-Bauru. Vol. X, n. 3, Setembro-Dezembro, 2004. p. 207-217.
- SILVEIRA, M. R. **A importância geoeconômica das estradas de ferro no Brasil**. Presidente Prudente; PPGG – FCT-UNESP, 2003. (tese de doutorado).
- TOLMASQUIM, M. T. O Brasil e o ciclo de Kondratieff e Juglar segundo a obra de Ignácio Rangel. **Revista de Economia Política**. vol. 11, n. 4 (44), 1991, p. 27-38.
- XX. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- ZIZEK, S. Resistir é capitular. **Revista Piauí**. São Paulo: Abril, Ano 02, n. 16, 2008. p. 52-54.

4.1 - Sítios acessados

- FOLHA DE S. PAULO. Alemanha fecha 2007 com queda do desemprego, mas com aumento da inflação. www.uol.folha.com.br <acessado em 29 de dezembro de 2007>.
- FOLHA DE S. PAULO. Mercado imobiliário dos E. U. A. www.uol.folha.com.br . <acessado em 14 de janeiro de 2008>.
- ADVFN. FINANÇAS E APLICAÇÕES MUNDIAIS. www.advfn.com <acessado em 04 de janeiro de 2008>.